



# São Bento de Aniane: a busca da perfeição do monaquismo

Ir. Hilário Nogueira de Siqueira, OSB <sup>1</sup>

D. Mauro Maia Fragoso, OSB <sup>2</sup>

## Introdução

Segundo a literatura neotestamentária, desde os primórdios do cristianismo, já havia homens com o desejo de viver o evangelho integralmente, como está relatado nos Atos dos Apóstolos e nas epístolas, onde está escrito que os primeiros cristãos se reuniam para viverem segundo a instruções dos apóstolos e de seus sucessores. O empenho de alguns daqueles primeiros cristãos foi tamanho que alguns deles chegaram ao derramamento de seu sangue pelo martírio. E mesmo os que não foram martirizados sabiam que, aderindo ao cristianismo, colocavam sua vida em risco. Por isso, ser cristão significava ter um espírito decidido.

Em 313, todavia, quando Constantino concedeu a liberdade de culto, alguns cristãos arrefeceram o fervor. Doravante, além de não incorrerem em risco de morte, aumentou o número de batizados e, por vezes, pessoas recebiam o batismo sem a devida instrução. Assim, o cristianismo foi tomando um aspecto mais cultural do que religioso. Para a sociedade em geral, não importava tanto a opção individual. O que passou a prevalecer era o convencional. Nesse contexto, surgem homens que,

insatisfeitos com o modo de vida dos *simples* cristãos, retiram-se para os desertos, a fim de melhor exercitar as virtudes cristãs.

Desse modo ofereciam a eles suas almas e seus corpos a Deus, em uma estrita ascese e com a devida reverência, não apenas porque dia e noite tinham perante os olhos a santa Cruz (Gl 3,1), como também porque viam os mártires empreenderem suas lutas. Eles os viram e os imitaram (Atanásio, 2017, parágrafo 1).

A vida daqueles homens que se refugiaram no deserto era marcada pela recitação dos Salmos e outros livros das Sagradas Escrituras. Durante o trabalho manual, *ruminavam* os Textos Sagrados a fim de conservar a união com Deus. Os iniciantes na vida monástica procuravam aconselhamentos junto a anacoretas mais adiantados nesse processo de conversão. Estes, por sua vez, procuravam instruir os neófitos por meio de breves palavras ou pequenas histórias denominadas *Apóstegmas* e que se tornaram o gérmen das futuras Regras monásticas.

Acontecia, porém, que, em torno de célebres anacoretas, iam se agregando muitos discípulos, provocando significativa mudança no monaquismo

<sup>1</sup> Bacharelando em filosofia na Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Doutor em geografia e professor na Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro.



eremítico, pois, com uma comunidade, pode-se dividir as tarefas necessárias, trazendo, assim, maior eficiência à pequena instituição. Nessa perspectiva, foi preciso reformular os costumes dos monges, a começar pelo estabelecimento do cronograma das orações em comum, do trabalho, da alimentação e de outras normas, como a recepção de novos membros, a punição dos faltosos e o devido cuidado para com os mais fracos. Foi, então, que começaram a surgir as Regras monásticas, no intuito de resolverem problemas de ordem prática em conformidade com o espírito evangélico, como outrora as Cartas Apostólicas também já tinham aconselhado às comunidades, entre outras coisas, a transformar o seu quotidiano conforme os ensinamentos de Cristo, dando sentido escatológico às simples atividades do dia a dia (Dias, 1998, p. 314, 316).

## O monaquismo beneditino

Com a organização da vida eremítica em comunidade, São Pacônio é considerado o fundador do monaquismo cenobítico, daqueles que vivem em comunidade, depois do qual houve uma proliferação de regras monásticas, sendo as três primeiras Regras escritas por São Pacônio, Santo Agostinho e São Basílio, que passaram a servir de base para as Regras Ocidentais posteriores (De Vogue, *Les Règles cénobitiques de l'Occident, apud* Dias, 1998, p. 319). Dentre as posteriores, encontra-se a Regra de São Bento, escrita no início do século VI. Esta propagou-se pela Europa devido aos Diálogos de São Gregório Magno, que descreveu a vida, a personalidade, a santidade e o admirável poder de milagres que teve esse santo legislador, e termina elogiando o código

normativo do seu biografado, São Bento (Colombás, 1991, p. 34).

Todavia uma coisa não quero que ignores, é que o homem de Deus, entre tantas coisas maravilhosas com que brilhou no mundo, também ficou conhecido por sua palavra cheia de doutrina. Escreveu, com efeito, uma Regra dos monges, notável pelo espírito de discernimento e clara pela linguagem (Gregório, 2014, capítulo 36).

A grande maioria dos mosteiros, entretanto, não aderiu imediatamente à Regra beneditina, preferindo continuar seguindo a tradição monástica, o que julgavam ser de maior utilidade para suas comunidades. Nem mesmo na Itália, a Regra beneditina chegou a ser completamente aceita em algum mosteiro. Após analisar as descrições que São Beda fez dos mosteiros anglo-saxões, o parecer de David Knowles (1949, p. 22-23) é de que, já na primeira metade do Século VIII, a Regra de São Bento havia sido adotada pelos mosteiros daquela região.

Nesse contexto, São Bonifácio, influenciado por São Wilibaldo, iniciou um movimento favorável à uniformidade monástica sob a Regra de São Bento (Francis Clark, 1997, p. 285). O Imperador Carlomano se interessou por esse movimento e convocou o *Concilium Germanicum* de 742, que, sendo presidido pelo arcebispo São Bonifácio, ordenou que a Regra de São Bento fosse constituída como a norma a ser observada pelos monges em seu território. Pepino, irmão de Carlomano e imperador das regiões ocidentais do Reino Franco, rapidamente demonstrou interesse pelo projeto do irmão e, em 744, estendeu essa norma do *Concilium* para a parte do seu reino. E, quando Pepino assumiu o governo de Carlomano, pelo fato de este ter se tornado monge, manteve o interesse na expansão beneditina.



A Regra, porém, não foi adotada de maneira absoluta devido a interferências sofridas ao longo de dois séculos (Colombás, 1991, p. 41), e Pepino, o Breve, morre sem vê-la aplicada como a única norma para os monges.

O Imperador Carlos Magno, que sucedeu Pepino ao trono, também teve sua importância nesse plano de beneditinizar a Europa (Conde, 1989, p. 149). Entretanto este auxílio que ele prestou à Regra tem como fundamento o fato de o imperador confundir o cristianismo com a romanidade, pensando que tudo o que se refere a Roma é o perfeito. Por isso, o seu interesse em observar a Regra de São Bento, tendo-a como a norma romana (Colombás, 1991, p. 93).

Desse modo, considerando-se constituído por Deus para organizar a Igreja, obrigou os mosteiros a renunciarem aos costumes regionais e celebrar o sacrifício eucarístico segundo o rito romano e, para isso, procurar os livros necessários (*Ibidem*, p. 92). Enquanto, porém, algumas comunidades o obedeciam, outras em nada mudavam. Carlos Magno também convocou sínodos em prol da unidade do mundo monástico. Esses sínodos, embora não conseguindo dar pleno cumprimento ao plano, fizeram eco sobre os monges, de tal modo que eles se reuniram novamente em concílios nas cidades de Arles, Reims, Mainz, Chalons e Tours, no ano de 813, com o objetivo “de implantar a Regra beneditina como único texto legislativo obrigatório nos mosteiros de suas respectivas províncias eclesiásticas” (*Ibidem*, p. 94). No fim do governo de Carlos Magno, então, os mosteiros aceitavam a Regra de Bento, porém em pontos de grande importância, como a celebração do ofício divino e a prática do trabalho manual, mantinham o antigo costume,

que quase sempre significava laudes perenes para aquele e, por conseguinte, o abandono deste. Isso significa, então, que o essencial da Regra beneditina, a conjugação do *ora et labora*, não fora aplicado.

Essa difícil missão, começada durante o governo de Carlomano e passando pelo governo de Pepino e depois pelo de Carlos Magno, chega, então, naquele que a findará: o governo de Luís, o Pio. Esse imperador possuía uma característica peculiar: interessava-se mais pela Igreja do que pelo governo temporal e, por isso, sem dificuldades, submetia-se aos eclesiásticos; garantiu a livre eleição dos papas, acabando com a política de tutela exercida por seu pai; aderiu ao movimento de reforma do clero, interessando-se especialmente pela monástica. Entretanto tinha um “caráter débil e indeciso”, sua notável piedade era enferma e autodestrutiva. “Faltava-lhe força moral para realizar seus nobres e altos ideais”. Por isso, era necessário que estivesse apoiado em “um homem sábio, santo, energético e decidido” para realizar tal empreendimento. São Bento de Aniane foi esse apoio do imperador (*Ibidem*, p. 96-97).

## A vida de São Bento de Aniane e a herança do anianense para a Ordem Beneditina

A história desse santo varão chegou aos dias atuais por intermédio da biografia escrita por Ardon Esmaragdo, discípulo e companheiro de Bento. Na opinião de Colombás, essa obra tem valor histórico indiscutível, apesar de Esmaragdo às vezes exagerar nos méritos de seu abade. O mesmo monge catalão cita uma extensa bibliografia sobre o anianense (*Ibidem*, nota 1, p. 102).



Pois bem, houve um homem venerável, pelo nome e pelo mérito, Bento abade, do gênero dos godos oriundo da Gothia – *Igitur vir venerabilis, nomine et merito Benedictus Abbas, ex Getarum genere partibus Gothiae* (*Vita*, §4).

Nasceu entre os anos 745 e 750, recebendo o nome Witiza. Por ser filho de um notável conde e cavaleiro da corte de Pepino, Aigulf, foi destinado para a vida militar. E nela ingressou, porém diferenciava-se dos demais jovens por seu espírito maduro. Muito se desenvolvia no manejo das armas, tornando-se benquisto por Carlos Magno, que sucedera a Pepino.

Entretanto, sendo iluminado pela divina graça, começou a arder de amor celestial, sentindo o chamado para deixar o século para fazer-se monge. Guardando em segredo esse desejo por um triênio, inseria-se apenas com o corpo nas atividades seculares, guardando a mente somente para Deus. Desse modo esforçava-se em guardar a castidade, subtraía o descanso a seu corpo, guardava a língua, abstinha-se de alimentos e parcamente tomava vinho (*Vita*, §5).

No ano de 774, todavia, aconteceu um fato providencial, que foi tido como um sinal de Deus para o jovem cavaleiro. Enquanto participava da campanha italiana do Imperador Carlos Magno, um de seus companheiros rompeu a atravessar o rio Ticino, perto de Pavia, porém foi arrastado pela correnteza. Assim Witiza atirou-se a cavalo no rio para salvar o amigo e teve bom êxito, porém quase perdeu a vida. Vendo, então, o tamanho do risco que correra, fez o voto de tornar-se monge e, ao retornar da campanha, cumpriu seu voto, entrando para o Mosteiro de São Sequano, em Saint-Seine.

Eis, portanto, o jovem monge: Entra para a vida monástica com todo empenho em mortificar

o velho homem, a fim de “militar sob o Cristo Senhor, verdadeiro Rei – *Domino Christo vero Regi militaturus*” (*A Regra de São Bento* Prol, 3). Vivia com poucos alimentos, sendo o pão e a água o que sustentava seu corpo. Também muitas vezes atravessou a noite em oração, com poucas roupas, exposto ao rigor glacial, persistindo na meditação das coisas divinas e, durante o dia, continuava detido nos Salmos, não interrompendo assim o silêncio monástico. Também suas vestes mostravam a austeridade do santo noviço, por serem baratas e velhas. Tamanho era esse rigor no vestir que dificilmente se convenceria um desconhecido sobre a nobreza da família daquele jovem monge (*Vita*, §7).

Além disso, enquanto os demais irmãos descansavam, Witiza limpava os calçados deles e os restituía aos mesmos lugares que os encontrara. Contudo, alguns zombando dele, como se fosse um louco, jogavam as sandálias para longe da disposição feita pelo “homem de Deus – *vir Dei*”. Mas este, com propósito bem mais forte, suportava tranquilamente essa insensatez de seus irmãos (*Loco citato*). Com o tempo, porém, esse quadro foi mudando. A sua perseverança na prática da ascese e das virtudes revelava que não era loucura e nem orgulho, mas que era uma grande alma, que buscava “sinceramente a Deus” (*A Regra de São Bento* 58, 7). Assim, a comunidade começou a acolhê-lo melhor e até mesmo o abade, que outrora o julgara mal, passou a ter grande afeto com ele, pois este era útil em tudo e a todos, prontíssimo para a obediência e afável em aconselhar (*Vita*, §9).

Passados cinco anos e oito meses, esse abade migrou do século para Deus. Com isso, todos os monges escolheram Witiza para ser o superior deles.



Este, todavia, não concordava com os costumes dos demais irmãos, por isso parte rapidamente para a sua pátria, estabelecendo-se em um território pertencente à sua família, que ficava às margens do pequeno rio Aniano. Ali, com o eremita Witmaro, que não tinha a visão das coisas terrenas, porém via com clareza as coisas espirituais, e com outros poucos, construiu algumas pequenas celas para habitarem. Nesse local viveu muitos anos em grande penúria, por noites e dias implorava a divina clemência com lágrimas e gemidos para que Deus dignasse mostrar-lhe sua vontade (*Vita*, §10).

Pelo mesmo tempo, homens intrépidos de grande santidade, Atílio e Nibrídio estavam naquela região. O anianense agradou os que passavam religiosamente, mas estes tinham uma noção superficial de como era a disciplina regular, por isso ingressaram na vida monástica. Nos primeiros momentos, com ardente fervor, procuravam viver com Witiza. Diminuído, porém, o ânimo, ficaram apavorados com o novo gênero de vida e, enquanto eram obrigados a agarrar o inaudível caminho da penitência, rapidamente retiravam o pé posto no caminho da salvação. O homem de Deus, no entanto, considerando atentamente a inconstante fé dos postulantes, ficou abatido e quis voltar para o próprio cenóbio. Por essa razão, dirigiu-se ao eremita Witmaro, indagando-o sobre o que achava dessa decisão. Foi, todavia, por este repreendido, sendo-lhe mostrado que essa decepção com os discípulos era obra do “antigo inimigo”, que sempre é hostil às boas obras por causa de sua inveja, e que Witiza deveria iluminar a vida daqueles homens. E para isso era preciso completar constantemente o bem começado (*Vita* §11).

A partir daí, ele decide moderar no que exigia dos noviços, mas não os deixando perder o espírito de abnegação que há na vida monástica. Desse modo, a pequena instituição cenobítica foi adiante, pois passou a receber novas vocações. A base econômica da comunidade, contudo, eram esmolas e estas tendem a um valor fixo, ou seja, com o aumento do número de monges, logo era preciso uma nova forma de subsistência (Colombás, 1991, p. 103).

Outro fator importante nesse contexto é que o anianense, até o momento, tinha um certo preconceito com a Regra beneditina, pois julgava ser ela própria para os iniciantes e para os fracos de ânimo. Assim, preferira seguir a Regra de São Basílio e a de São Pacônio nos pontos sobre o caminho de perfeição. Ele, no entanto, não era tão culpável por pensar assim, pois a própria Regra de São Bento (73) afirma que nem toda a observância da justiça se acha estabelecida em si própria e outras tantas vezes recomenda a doutrina de outros autores, como nas seguintes passagens:

Se for época em que há jantar, logo que se levantarem da refeição, sentem-se todos juntos e leiam as *Colações* ou as “Vidas dos País”, ou mesmo outra coisa que edifique os ouvintes; [...] Se, entretanto, for dia de jejum, recitadas as Vésperas, depois de pequeno intervalo, dirijam-se todos para a leitura das *Colações*, conforme dissemos; (*A Regra de São Bento* 42, 3. 5). [...] para aquele que se apressa para a perfeição da vida monástica, há as doutrinas dos Santos Padres, cuja observância conduz o homem ao cume da perfeição. Que página, com efeito, ou que palavra de autoridade divina no Antigo e no Novo Testamento não é uma norma retíssima da vida humana? Ou que livros dos Santos Padres Católicos ressoam outra coisa senão o que nos faça chegar, por caminho direto, ao nosso Criador? E também as *Colações* dos Padres, as Instituições e suas Vidas, e também a Regra de nosso santo Pai Basílio, que outra coisa são senão instrumentos das virtudes dos monges que vivem bem e são obedientes? (*Ibidem* 73, 2-6).



Errava, contudo, ao olhar para a Regra como a *aurea mediocritas*, pois essas passagens não significam que o Códice cassinense seja desprezível aos adiantados na vida monástica, mas que um mosteiro deve proporcionar o que *os fortes desejam* de maneira que *os fracos não fujam* (*A Regra de São Bento* 64, 19).

Provavelmente esse desprezo à disciplina beneditina vem do pensamento, que atualmente ainda existe, de julgar a santidade de um instituto pelo rigor de sua disciplina. Desse modo, a virtude da discrição, tão louvada pelos antigos anacoretas (*2ª Conferência de Cassiano*), é totalmente negligenciada, e a religião passa a ser apenas legalista, o que Jesus tanto criticou nos fariseus e mestres da Lei. Isso, porém, não estava somente no abade de Aniane, mas em quase todo o monaquismo ocidental. Como se vê, muitos mosteiros optaram pela dureza da disciplina da Regra de São Columbano, usando a de São Bento de Núrsia somente para a parte ascética (espiritual).

Witiza, portanto, que já estava pensando nos rumos de sua instituição monástica devido à escassez de recursos, pôe-se agora a analisar a Regra do patriarca de Cassino, pois também reconheceu que esta era mais conveniente para os temperamentos ocidentais. Para isso, percorreu vários mosteiros buscando aprender a perfeita aplicação desse códice e também ponderou várias *Regulae Monachorum* escritas pelos santos. Esse trabalho resultará, mais tarde, em duas obras de grande importância para a reforma monástica: o *Codex Regularum*, que trazia várias regras monásticas tanto ocidentais como orientais, e a *Concordia Regularum*, que é a Regra beneditina com várias notas explicativas e com trechos de regras anteriores a São Bento de Núrsia, concordando com o capítulo tratado. Ao

montar a *Concordia Regularum*, ele notou que a *Regula* beneditina pertencia a uma tradição única e interdialogante com as demais Regras (Dias, 1998, p. 312). Desse modo, Witiza passou a ter tanta admiração pelo patriarca de Cassino e por sua Regra que tomou Bento como nome religioso.

Tendo feito essa mudança no *espírito* de sua instituição monástica, Bento anianense descobre a possibilidade de mudar o exterior, porque, segundo a Regra cassinense, o mosteiro é a casa de Deus (*A Regra de São Bento* 55, 22; 64, 5; 31, 19), assim, o desenvolvimento daquele é para a glorificação d'Este. Portanto não há mais o escrúpulo de achar que a riqueza da casa de Deus vai contra a pobreza do monge, pois esta consiste, antes, em não ter nada de próprio e ser tudo comum a todos, do que na pobreza da instituição (*Ibidem* 33).

Houve, então, a conversão do abade de Aniane:

Antes os monges viviam em edifícios modestos e pobres; agora seu abade empreende a construção de um mosteiro suntuoso. Antes tinham uma ideia austeríssima do culto divino, eco da simplicidade do monacato copta; agora organiza a liturgia com opulência. Antes os vasos sagrados eram de madeira, seguida de cristal; agora são de prata e "de bom tamanho". Os ornamentos litúrgicos de tecido grosso hão de ser substituídos por ornamentos de seda. Antes, o oratório parecia uma cabana; agora a nova basílica resplandece com seus mármores preciosos (Colombás, 1991, p. 104-105).

Essa basílica foi dedicada à Santíssima Trindade, sendo a onipotência da divindade a inspiração do templo, guiando, desse modo, todos os seus pormenores artísticos e relembrando muito, segundo a descrição de Ardon Esmaragdo, o Templo de Jerusalém. Um altar dedicado à Virgem Maria segue o da Trindade, vindo depois os de São Miguel, São Pedro e São Paulo, Santo Estêvão e São Martinho, respectivamente, e terminando com um dedicado ao patriarca de Cassino (*Ibidem*, p. 105).



O culto rendido a Deus, nesse mosteiro, deveria ser também demasiadamente opulento, por isso o abade instituiu cantores e instruiu leitores e, além de rezar o ofício divino segundo a Regra beneditina, foram acrescentados muitos outros salmos e atividades piedosas. Isso é um pouco do dia a dia do mosteiro de Aniane: ao acordar, cada monge passava diante de cada altar da Igreja fazendo algumas orações que foram anteriormente determinadas; antes do Ofício de *Laudes*, rezavam os 15 salmos graduais; havia também uma reunião no capítulo onde se lia o *martirologio* e depois um trecho da Regra de São Bento ou uma homilia de algum Padre da Igreja, e, no fim dessa reunião, cada um acusava as próprias faltas e era distribuído o trabalho; depois das completas, havia ainda mais salmos, cuja quantidade era determinada pela duração da noite (*Ibidem*, p. 107).

Com o estudo das Regras em geral e sobretudo da Regra cassinense, Bento aprendeu também que o monge deve buscar a sabedoria, abandonando, assim, a antiga noção copta de monaquismo que ele tinha. Eis o que ele mesmo diz:

Não te engane o fascínio falaz de quem te adulá, dizendo-te que o monge não deve entregar-se ao estudo da sabedoria, enquanto lemos que na Igreja, após os apóstolos e seus discípulos, eram certamente os monges a brilhar por maior sabedoria, e sabemos que nem os monges de hoje degeneraram. Não terá sido o santo monge Amônio o mestre inflexível de Orígenes? Não foi o monge Jerônimo que buscou a sabedoria até o fim de sua vida? E deixando de lado muitos outros monges, famosos por sua insigne sabedoria e estudiosos dela até a morte, o Papa Gregório não foi monge excelente na sabedoria e vigilantíssimo – conforme seu nome – até à véspera de seu trânsito? Verdadeiramente, todos eles buscavam uma vida tranquila, para adquirir na calma a sabedoria; reduziam a própria atividade para encontrá-la, ofereciam a todos os seus bens para possuí-la, conforme diz o Espírito da Sabedoria: *Parai e sabei que eu sou Deus* (Sl 45[46], 11); pois quem quer que se detenha naquela calma, diz com a Sabedoria

sempre acordada: *Eu durmo, mas meu coração vigia* (Ct 5, 2) – (*Munimenta fidei – Studia Anselmiana* 20, 1948, p. 62).

Desse modo, para a formação intelectual de seus monges, Bento teve junto de si gramáticos e peritos nas Sagradas Escrituras e montou uma grande biblioteca. Ele considerava a ciência um meio eficaz para adquirir a sabedoria; aconselha o estudo de Orígenes, Agostinho, Jerônimo, e especialmente Gregório Magno. “A contemplação”, para ele, “se nutre de oração, *lectio divina*, meditação e estudo” (*Munimenta fidei, apud* Colombás, 1991, p. 100). Na sua “*Munimenta fidei*”, Bento deixa o programa de atitude intelectual que os monges deveriam ter. Essa atitude é a de estudar sobre a fé, a fim de que ela seja precisa e adulta. É através da busca do conhecimento dos mistérios divinos que, segundo o anianense, chega-se à amizade divina. Isso será o impulso decisivo para formação de uma teologia ordenada para o amor, “como sempre será a teologia monástica” (Leclercq, 2012, p. 57).

Além disso, apareceram, na mesma região, alguns homens de profunda piedade, edificando mosteiros, reunindo monges e exercitando-se segundo o exemplo do santo homem. Esses homens, impregnados da doutrina de Bento, *amputavam* a vida antiga e os velhos erros. Este era para aqueles como um pai, oferecia-lhes apoio e proteção, não somente nas coisas espirituais, mas também nas temporais. Nas muitas vezes que os visitava, encorajava o projeto e a não abandonar a obra, a fim de que não olhassem para trás por causa do medo das asperezas do caminho que eles pretendiam seguir. E assim, sustentados pelo bom exemplo, numerosos cenóbios permaneceram unidos e a multidão de monges se eleva ao máximo, passando de 300 (*Vita* §15).



Aconteceu, porém, um fato que revelou a virtude desses homens destemidos, que decidiram deixar tudo por causa do reino dos Céus (Mc 10, 29-30). Por causa de uma grande penúria na Gália, em 779, uma multidão de pobres, de viúvas e de meninos órfãos começou a acorrer a Bento e a amontoar-se nas portas e estradas do mosteiro. Diz Ardon que quem contemplava os que estavam morrendo pela fome, já quase consumidos pela morte, era tomado de grande angústia porque não sabia o que poderia fazer para nutrir tamanha multidão. O homem de Deus, entretanto, ordenou que, enquanto não chegassem novos cereais que seriam capazes de oferecer aos irmãos, o estoque fosse reposto parcialmente. Quanto ao restante, prescreveu aos irmãos constituídos para isso, que dessem liberalmente dia após dia aos famintos. Também carne, tanto bovina quanto ovina, era dada cotidianamente e juntamente ofereciam leite de ovelha. E ainda nos relata o biógrafo que, sem dúvida, no ânimo dos irmãos, existia tanto afeto de misericórdia, que, de bom grado, eles despenderiam tudo se fosse necessário, pois o que cada um podia tirar para si, oferecia às escondidas aos famintos e, assim, com dificuldades, tiraram-nos do perigo da desnutrição (*Vita* §16).

Não pôde, todavia, estar em paz por muito tempo o santo abade que outrora militara pelo século e agora deveria batalhar pelo verdadeiro Reino, pois logo veio à Igreja a doutrina herética adocionista (*Vita*, §17). Ela surgiu, quando o bispo Elipando de Toledo escreveu contra a doutrina do presbítero Migeocio, na qual a Trindade não seria o Pai, o Filho e o Espírito Santo, mas Davi, Paulo e Jesus Cristo. Entretanto o bispo também errou ao tentar expor a doutrina ortodoxa da Igreja, pois, “ao afirmar a

unidade de pessoa no Verbo encarnado, distingua nela uma filiação adotiva da natureza humana pelo Pai e uma filiação natural própria da natureza divina” (*Dicionário de Termos da Fé*, 1989, p. 28). Em seguida, Felix, influente bispo de Urgell, aderiu à doutrina de Elipando, e foi capaz de propagar o erro por uma vasta região, até mesmo fora da Península Ibérica. Ele foi o que mais se destacou defendendo essa heresia, por isso ela ficou conhecida também como “heresia feliciana” (Mendes, 2019, p. 33).

A Corte de Carlos Magno via nessa questão a possibilidade de conseguir do Papado Romano o domínio daquela região da Espanha, por isso se empenhou em mandar teólogos para resolvê-la (*Ibidem*, p.16). Convocou os sínodos de Ratisbona, de Frankfurt e de Aachen (Aquisgrana, ou Aix-la-Chapelle). E depois enviou homens capazes de livrar a Espanha desse mal, não todos de uma vez só, como testemunha Alcuíno em uma epístola prefixada no quarto livro contra Elipando, estando Bento anianense no sínodo de Urgell em 799 (*Patrologia Latina* 103, p. 362, n. b). Nessa data, o Bispo Félix, depois de seis dias de discussão, considerou-se vencido por Alcuíno e seus partidários, e assim rejeitou a sua tese adocionista.

Com essa atuação, o nome de Bento começou a chamar atenção da Corte de Luís, o Pio. Nessa época, ele ainda era apenas o rei da Aquitânia, pois seu pai lhe concedera esse território para aprender a governar antes de assumir o império, e já estava envolvido na reforma monástica. Por isso, teve grande admiração pelo que Bento realizou em Aniane (Colombás, 1991, p. 95 e 98). Assim o rei encarregou o abade de ensinar a Regra e reformar 26 mosteiros desse seu primeiro reino (*Introdução à História Monástica*, 1984, p. 65), sendo um deles o de



Gellone, fundado por São Guilherme de Aquitânia, em 804. Quando o Rei Luís se torna o imperador, Bento recebe o encargo de ampliar esta sua missão a toda a França. E para facilitar a reforma, o imperador ordenou que ele ficasse na abadia de Maurmünster na Alsácia, em 814, e, depois, para o ter mais perto, ainda edificou o mosteiro às margens do rio Inden, a seis quilômetros de Aachen, que era a capital do império. Essa abadia, que mais tarde ficou conhecida como Cornelimünster (Butler, 1985, p. 115), foi posta como um exemplo de aplicação da disciplina beneditina, para onde os demais mosteiros deveriam mandar alguns de seus monges para viver a aprender, o mais fiel possível, a Regra beneditina e, depois, levarem a aplicação desta ao seu mosteiro de origem (Colombás, 1991, p. 108). Esse ideal, contudo, não foi adiante, pois Bento morreu poucos anos depois, em 821, e, por conseguinte, a importância da abadia esmoreceu (Dias, 2011, p. 115).

O abade Bento e o imperador estavam unidos em prol da uniformização do mundo monástico por intermédio da Regra beneditina. Para isso, Luís convocou sínodos monásticos em Aachen, entre os anos 816 e 819, nos quais também estavam presentes, além de abades e monges, nobres e senhores feudais. Nessas assembleias, São Bento de Aniane explicou toda a Regra cassinense e propôs, segundo a própria experiência, a melhor maneira de aplicá-la. Não fez isso tudo sem ceder à vontade de outros. Quem se opunha à reforma, no entanto, encontrava dificuldades com o imperador, como aconteceu com Adelardo, que, embora pertencendo à família carolíngia e sendo abade de Corby, foi exilado para um mosteiro que era muito favorável à reforma (*Ibidem*, p.115-116).

Esse sínodo definiu pontos tanto sobre os costumes, quanto sobre a profissão monástica, ou seja, houve cânones tratando da medida da comida e da bebida (*A Regra de São Bento* 39 e 40), do vestuário (*Ibidem* 55), do trabalho manual (*Ibidem* 48), do banho (*Ibidem* 36), da punição dos faltosos (*Ibidem* 48), da introdução do ofício litúrgico segundo a Regra (*Ibidem* 8-18), sobre o período de formação e os votos (*Ibidem* 58) e várias outras observâncias. O principal objetivo desses cânones era extirpar a regra mista, suprindo-a com uma constituição segundo a Regra beneditina (Dias, 2011, p. 116-117). Bento, todavia, não a seguia literalmente, mas buscava dar a ela o melhor cumprimento no templo em que ele estava. Algumas dessas alterações que invertem o literal da Regra são: o abade deixa de ter a mesa com os hóspedes e passa a tê-la com os monges, contrariando o capítulo 56 da Regra; e a escolha de cargos importantes na comunidade, que anteriormente dependia somente do abade, necessita agora de aprovação da comunidade, o que contraria o terceiro capítulo (*Les Benedictinis*, 2020, p. 180-182). Nota-se que essas prescrições foram muito acertadas, pois se mantêm até os dias de hoje.

Ao contrário do que muitos pensam, não foi obra do anianense e do sínodo a imposição de um longo curso de orações comunitárias, pois já era esse o costume de muitos mosteiros. Colombás expõe alguns exemplos para provar isso: foi proposta a recitação dos sete salmos penitenciais diariamente, porém o sínodo não aceitou; e o sínodo em Aachen, realizado no tempo de Carlos Magno, tentou suprimir os prolixos ofícios vigentes nos mosteiros, porém isso só foi possível no sínodo em que estava Bento de Aniane, pois os monges aceitaram a recitação do curso estabelecido pela Regra. Os



monges, porém, com o passar do tempo, não se contentavam com o *Cursus Regulae*, julgando-o muito curto, por isso começaram a implementar várias outras orações. Impôs-se, igualmente, o trabalho manual concernente a atividades realizadas dentro do mosteiro, como a cozinha, a padaria, a lavanderia e, se fosse preciso, os monges trabalhariam no campo (Colombás, 1991, p.115-116).

Além disso, essa reforma definiu a vida monástica e a canonical e, assim, os mosteiros deveriam decidir em seguir a Regra beneditina, conforme a interpretação proposta pelo anianense, ficando reservado a estes o título de monges e o hábito da cogula, ou em passar para a vida canonical, tendo nesta o direito à propriedade privada e maior liberdade. E para que os monges pudessem deliberar sobre o rumo de seu mosteiro, o sínodo de 817 permitiu um ano de tolerância. A partir daí, haveria responsáveis em controlar a adoção das novas medidas nos mosteiros (Dias, 2011, p. 115 e 118). Essas medidas exigiram ainda que os abades e os monges estudassem a fundo a *Regula Monachorum* e se esforçassem para colocá-la em prática, além do que já ficara estabelecido nos cânones do sínodo (Colombás, 1991, p. 111). Desse modo, pode-se dizer que, “pela primeira vez na história, constata-se a existência de uma consciência de comunidade, tendo a Regra de São Bento por base” (Dias, 2011, p. 118).

Bento de Aniane, todavia, foi um santo homem, e não um herói do romantismo, porque, embora fosse perfeito na caridade evangélica e, por conseguinte, no cumprimento da Lei de Cristo (1 Jo 3, 6), não deixou de ter erros humanos. Um destes é que ele, buscando dar aos monges um maior distanciamento do mundo, “fechou as escolas monásticas para os

meninos e adolescentes que não seriam monges”. Essas escolas eram muito importantes, tanto à Igreja como ao Estado, pois os mosteiros eram os únicos que tinham condições de prestar esse serviço (Schmitz, 1942, t. 1, 99), daí a gravidade da medida tomada pelo anianense. Por outro lado, tem-se que São Bento de Aniane não conseguiu dar aos monges o direito de eleger o seu abade, ficando isso na mão de poderes seculares, como de príncipes e bispos (Dias, 2011, p. 118), provavelmente pelo fato de o mosteiro ter assim maior segurança econômica e militar.

O intrépido homem, porém, que não pôde ter paz nesta vida, adoeceu. Nem mesmo aproveita a doença para descansar, pois perseverava na leitura e na oração e não abandonava o ofício divino. Quando já não aguentava ler, pede para que leia para si a vida e a morte dos santos Padres, a fim de que recuperasse o ânimo e tivesse força nessa hora tão decisiva. Com o agravamento da enfermidade, ele despediu-se de todos os irmãos e passou toda a noite recitando salmos e orações. No dia seguinte, enquanto recitava o salmo 118, depois de “*Justus es, Domine*” acrescentou: “estou me apagando”, e continuou: “*Fac cum servo tuo, Domine, secundum misericordiam tuam*”. Assim ele morreu durante a oração do ofício divino (*Vita*, §57). Desse modo, o homem de Deus, Bento de Aniane, depois de uma vida conturbada e laboriosa, recebeu, das mãos do Senhor, o descanso.

Com a morte do abade de Aniane, a união monástica em torno de uma constituição definindo os costumes da comunidade acabou. O seu labor, entretanto, não foi inútil aos monges, pois, embora a sua obra exterior sucumbisse, a sua espiritualidade permaneceu nos monges até os dias atuais. Essa espiritualidade consiste em não mais seguir a Regra



de São Bento como um cidadão segue uma legislação, mas sim como um códice espiritual, pois “a letra mata e o espírito vivifica” (2 Cor 3, 6). Para isso, os monges se esforçam em conhecê-la cada vez mais e, por conseguinte, em amá-la e aplicá-la nas diversas situações do cotidiano. Daí vem o fato de ser a Regra beneditina o livro mais comentado, depois das Sagradas Escrituras, a começar pelo companheiro, abade sucessor e biógrafo de Bento de Aniane, Ardon Esmaragdo. Também os decretos de Aachen muito serviram ao monaquismo posterior, pois formaram a base de sua legislação (Bishop, 1918, p. 212-213).

Bento deixou, ainda, a sua *Concordia Regularum*, que é um trabalho estupendo, até mesmo do ponto de vista histórico (Dubois, 1987, p. 223); o *Codex Regularum*, no qual está a Regra de autor anônimo, intitulada Regra do Mestre, que os estudos hodiernos apontam como a base da Regra de São Bento de Núrsia (Dias, 2011, p. 114), e ainda outras, que sem o *Codex* não chegariam à atualidade (Colombás,

1991, p. 121). Ele deixou também muitas outras obras que demonstram o seu grande apreço pelos Padres da Igreja, sendo a maioria sobre a Santíssima Trindade (*Patrologia Latina* 103, p. 1.381-1.419).

## Conclusão

Como já foi dito, com a reforma monástica, surgiu nos monges a consciência de ser beneditino, ou seja, de ter o mesmo pai e de pertencer à mesma família. Isso trouxe aos mosteiros certa solidariedade entre si (Colombás, 1991, p. 126), o que foi muito importante para que o monaquismo se mantivesse com a queda do império carolíngio.

Pode-se dizer, portanto, sem nenhum escrúpulo, que, “depois do grande fundador Bento de Núrsia, nenhum outro mais influiu tão amplamente sobre o monaquismo ocidental quanto o segundo Bento, Bento de Aniane” (Bishop, 1918, p. 212-213).

---

## Referências

- ATANÁSIO. **Vida de São Pacônio**. Juiz de Fora: Edições Subiaco, 2017.
- BENTO de Aniane, São. **Munimenta Fidei**. Roma: Studia Anselmiana, 1948.
- BENTO, Santo. **A Regra de São Bento**: latim-português. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2017.
- Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BISHOP, Edmund. **Liturgica Historica**. Oxford: Clarendon Pres, 1918.
- BUTLER. **Vida dos Santos de Butler**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CASSIANO, João. **Conferências I-VII**. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 2003.
- CLARK, Francis. **The Pseudo-Gregorian Dialogues**. Leiden: Brill Academic Pub, 1997.
- COLOMBÁS, Garcia M. La **Tradición Benedictina – Tomo III**. Zamora: Ediciones Monte Casino, 1991.



CONDE, A. Linage. **São Bento e os Beneditinos – Tomo I.** Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1989.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. **Quando os Monges eram uma Civilização.** Porto: Edições Afrontamento, 2011.

DIAS, Paula Barata. **A Regula como Género Literário Específico da Literatura Monástica.** Coimbra: Humanitas, 1998.

**Dicionário de Termos da Fé.** Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1989.

DUBOIS Jacques. **La vie réelle dans les monastères du Moyen Age.** Chimay: Collectanea cisterciensia, 1987.

ESMARAGDO, Ardon. **Vita Sancti Benedicti Anianensis.** Turnholti: Patrologia Latina, 1999.

GREGORIO Magno. **São Bento Vida e Milagres.** Juiz de Fora: Edições Subiaco, 2014.

HUREL, Daniel Odon. **Les Benedictinis.** Paris: Editions Robert Lanffont, 2020.

**Iniciação à História Monástica – v. 2.** Juiz de Fora: Mosteiro da Virgem, 1984.

KNOWLES, David. **The Monastic Order in England.** Cambridge: University Press, 1949.

LECLERCQ, Jean. **O Amor às Letras e o Desejo de Deus.** São Paulo: Paulus, 2012.

MENDES, Luanna Klíscia de Amorim. **Em Defesa da Igreja de Pedro?** Controvérsas Adocionistas na Igreja Hispânica (Século VIII). Maceió: 2019 Disponível em: < <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6021/1/Em%20defesa%20da%20igreja%20de%20Pedro%3F%3A%20controv%C3%A9rsias%20adocionistas%20na%20Igreja%20Hisp%C3%A2nica%20%28s%C3%A9culos%20VIII%29.pdf> >. Acesso em: 2 jan 2024.

MIGNE, Jacques Paul. **Patrologia Latina 103.** Turnholti: Typographi Brepols Editores Pontificii, 1988.

SCHMITZ, Philibert. **Histoire de l'ordre de Saint Benoît.** Maredsous: Éditions de Maredsous, 1942.